

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.850, DE 2017

NOVA EMENTA: Altera o art. 14, acrescenta o art. 14-A e altera o § 2º do Art. 17, os arts. 21, 25, 29, 31, o parágrafo único do art. 32 e o art. 36, por fim, revoga o Art. 26 do Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei n 6.850, de 2017:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 14, acrescenta o art. 14-A e altera o § 2º do Art. 17, os arts. 21, 25, 29, 31, o parágrafo único do art. 32 e o art. 36, por fim, revoga o Art. 26 do Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Superintendências Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta.

Art. 14-A. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será admitida apenas em meio eletrônico, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O titular de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida em meio físico deverá solicitar sua emissão em meio eletrônico, na forma do regulamento, que disciplinará a transferência das informações contidas no documento físico para o meio eletrônico.

Art. 17.

§ 1º

§ 2º - A assinatura da CTPS será feita por meio eletrônico, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Art. 21 – A CTPS digital será única e terá apenas uma numeração.

Art. 25 - As Carteiras de Trabalho e Previdência Social constarão no sistema de dados eletrônicos e os interessados receberão um número para seu acesso.

Art. 26. Revogado

Art. 29. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será identificada de forma digital pelo empregador, no ato de admissão do trabalhador, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo obrigatória a adoção do sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

.....

Art. 31. Apresentada a CTPS pelo meio digital, os portadores terão assegurados o direito de solicitar perante os órgãos autorizados, anotação do que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei.

Art. 32 -

Parágrafo único. As Superintendências Regionais do Trabalho e os órgãos autorizados deverão comunicação ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

Art. 36 - Recusando-se a empresa fazer às anotações a que se refere o art. 29, poderá o empregado comparecer, pessoalmente ou intermédio de seu sindicato perante a Superintendência ou Gerência Regional do Trabalho para apresentação dos motivos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei dispõe que a CTPS “será admitida apenas em meio eletrônico”. No entanto, a redação contida nos artigos 14-A e 31, merece reparo ao afirmar que o trabalhador deverá optar pela sua emissão em meio eletrônico ou mesmo mencionando no artigo 31 os interessados que tenham providenciado a sua CTPS pelo meio digital.

Ao tratar do assunto nestes termos, denota-se que a mudança seria optativa e não obrigatória. Todavia, a leitura da íntegra da proposição é clara ao delimitar a obrigatoriedade de adesão ao meio digital.

Assim, a fim de evitar interpretações diversas, necessário se faz os esclarecimentos constantes na Emenda.

Também, com relação ao que pertine as demais alterações propostas, necessária se faz a mudança da denominação das “Delegacias Regionais do Trabalho (DRT’s)” para “Superintendências Regionais do Trabalho” e “Subdelegacias do Trabalho” para “Gerências Regionais do Trabalho”, conforme Decreto nº 6.341, de 3 de Janeiro de 2008, nos artigos 14; parágrafo único do art. 32 e art. 36.

Diante do exposto, contamos com o apoio do ilustre relator e demais pares em torno da presente emenda.

Sala da Comissão, de maio de 2017.

Silvio Costa
Deputado Federal – PTdoB/PE